



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

ROSANA DELMONDEZ RIBEIRO XAVIER

**DISCURSO POLÍTICO: uma análise do estilo formal e informal da
linguagem oral**

Brasília - DF
2006

ROSANA DELMONDEZ RIBEIRO XAVIER

**DISCURSO POLÍTICO: uma análise do estilo formal e informal da
linguagem oral**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCeub/ICPD) como pré-requisito para
a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa: Texto e Discurso.
Orientadora: Francisca Cordélia Oliveira da Silva.

Brasília - DF
2006

ROSANA DELMONDEZ RIBEIRO XAVIER

**DISCURSO POLÍTICO: uma análise do estilo formal e informal da
linguagem oral**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCeub/ICPD) como pré-requisito para
a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa: Texto e Discurso.
Orientadora: Francisca Cordélia Oliveira da Silva.

Brasília, 10 de outubro de 2006.

Banca Examinadora

Prof^a. Francisca Cordélia Oliveira da Silva

Dedico este trabalho ao meu pai Waldyr, *in memoriam*, e à minha mãe Célia, que sempre me incentivaram a estudar; ao meu marido Leandro e aos meus irmãos Rogério e Ricardo, que sempre acreditaram no meu potencial, e às minhas sobrinhas Luísa e Bruna.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos professores do UNICEUB por sua dedicação ao longo do curso, em especial à Professora Cordélia, que sempre se mostrou disposta a me ajudar na realização deste trabalho.

“O estilo constitui a marca da individualidade do sujeito no discurso.”
(Dubois)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que a comunicação pode ser estabelecida mesmo quando as pessoas não seguem as normas padrões de uma língua, assim como os erros de construções gramaticais encontrados em alguns discursos podem ser uma mera questão de estilo, uma estratégia argumentativa usada para conseguir a adesão de maior número de pessoas. O método de pesquisa adotado foi o qualitativo, já que a pesquisa se apoiou em dados sociais do mundo em que vivemos, resultantes do processo de comunicação que se estabelece entre as pessoas. Nesse sentido, com a intenção de desmistificar alguns preconceitos lingüísticos, baseei-me nos conceitos da Estilística, ciência que estuda a forma como um indivíduo se expressa para conquistar determinado público. Além disso, ela leva em consideração o fato de se construir um texto, falado ou escrito, e adequá-lo ao assunto, ao ambiente e às pessoas com quem se quer estabelecer a comunicação. Após a exposição dos referenciais teóricos, é apresentada a análise de dois discursos proferidos por parlamentares que utilizam estilos diferentes para expressar suas preocupações e ideologias. Concluí que independentemente de falar bem ou mal uma língua as pessoas têm competência comunicativa para estabelecer a comunicação e que o fato de não se seguir os padrões da norma culta da língua pode ser uma estratégia argumentativa para manter a unidade lingüística com determinado público-alvo.

Palavras-chave:

Discurso. Estilo. Competência Comunicativa.

ABSTRACT

This paper has the objective of showing that communication can be established even when people don't follow the rules of the language. As well as, the mistakes of the gramatical constructions found in some speeches can be just a question of style, one argumentative strategy used to get adhesion from a lot of people. The research method used was the qualitative since the research is based on social facts of the world where we live, resulting from the communication process established between people. Therefore, with the objective of breaking some linguistic prejudice, I based myself on the concepts of Stylistics, a science which studies the form as one person expresses himself to achieve a specific public. Moreover, the Stylistics also studies the construction of the spoken or written text, and its adaptation to the subject and people that we want to establish a communication with. After the explanation about the theoretical basis, an analysis of two speeches is introduced. The speeches are pronounced by members of the parliament who use different styles to express their worries and ideologies. So, I conclude, no matter people speak well or not one language, they have communicative competence to establish communication. As well as, the fact that when people don't follow the rules of their language, it can be an argumentative strategy to keep a linguistic unity with a specifc public.

Keys-words:

Speech. Style. Communicative competence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 METODOLOGIA DO TRABALHO.....	11
1.1 A Análise Qualitativa de Dados	13
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS	16
2.1 Definição de Discurso	17
2.2 Discurso Político.....	18
2.3 Estilo	20
2.3.1 Definição de Estilo.....	20
2.3.2 Surgimento da Estilística	21
2.3.3 A Escolha Estilística	22
2.3.4 Variação Estilística	29
2.3.5 Estilo Formal x Estilo Informal	30
2.4 Competência Comunicativa.....	33
2.5 Considerações sobre a Variação Lingüística no Brasil	38
2.6 O Contínuo de Monitoração Estilística	40
3 ANÁLISE DOS TEXTOS.....	43
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXO A.....	62
ANEXO B.....	64

INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas, muitos gramáticos se preocuparam em estudar a língua como coisa morta, sem movimento, não levando em consideração o fato de que as pessoas que a falam são seres vivos que estão sempre adaptando sua linguagem à época em que vivem. Na verdade, sempre houve preocupação em se seguir uma norma padrão de textos literários, sem se levar em consideração as constantes mudanças da língua.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é desmistificar alguns preconceitos lingüísticos que se formaram ao longo dos anos, como o de que só se estabelece a comunicação se for seguida a norma padrão de uma língua.

Com esse intuito, dentre os vários métodos de pesquisas disponíveis nos dias atuais, a metodologia a ser usada neste trabalho é a qualitativa, que tem como ponto de partida o trabalho com textos.

Dessa forma, baseada nos conceitos teóricos de alguns estudiosos da Estilística, tais como Martins Joos, Bell e Duranti, Erwin Tripp (apud OLIVEIRA, 1997), Noan Chomsky e Dell Hymes (apud BORTONI-RICARDO, 2004) apresentarei os conceitos de discurso, estilo e competência comunicativa e farei a análise de dois discursos proferidos por parlamentares da Câmara dos Deputados que utilizam estilos diferentes para se comunicarem com seu público-alvo. O objetivo é mostrar que, independentemente de falarem bem ou mal, gramaticalmente falando, eles têm competência comunicativa para estabelecer comunicação.

Dessa forma, sob o enfoque da Estilística, que leva em consideração a construção de um texto, falado ou escrito, e a adequação do assunto ao ambiente e

às pessoas com quem se quer estabelecer a comunicação, analisarei o estilo formal ou informal de um orador para se comunicar com seu público-alvo.

Diante de tais considerações, o objetivo geral do trabalho é mostrar que o ensino da língua não deve ser baseado apenas na gramática normativa e em textos literários, pois esses não levam em consideração a variação da língua nas diversas atividades sociais que uma pessoa desempenha ao longo da sua vida.

Portanto, o fato de um indivíduo não seguir os padrões da norma culta da língua para construir o seu discurso pode ser considerada estratégia argumentativa para manter a unidade lingüística com o seu público-alvo, assim como para conseguir a adesão de um número cada vez maior de pessoas.

1 METODOLOGIA DO TRABALHO

De acordo com Bauer e Gaskell (2002) toda atividade social, como a de trabalhar, fazer compras, discursar, dentre outras, pode ser objeto de análise de uma pesquisa. No caso deste trabalho, o campo de ação ou objeto de estudo será o discurso proferido por dois parlamentares em sessão plenária da Câmara dos Deputados.

Para que a pesquisa obtenha êxito e não se perca diante da pluralidade de informações e de padrões bibliográficos, Bauer e Gaskell (2002) mencionam as três fases que delineiam as etapas de uma investigação social:

1ª) o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos, tais como o levantamento por amostragem, os estudos de caso, dentre outros;

2ª) a geração de dados, que consiste na coleta de dados obtidos em entrevistas e na busca de documentos; e

3ª) a análise de dados, que consiste no tratamento analítico dos conteúdos pesquisados.

Como há atualmente vários métodos de pesquisas disponíveis, cada um partindo de diferentes premissas em busca de objetivos distintos, a metodologia de análise adotada neste trabalho é a qualitativa, pois, baseada em Berger & Luckmann (apud BAUER e GASKELL, 2003, p. 20), o mundo que conhecemos e experienciamos é constituído de processos de comunicação. Dessa forma, a

pesquisa social apóia-se em dados sociais do mundo, resultantes do processo de comunicação que se estabelece entre as pessoas.

Com base na análise qualitativa, o objetivo do trabalho é responder às seguintes questões de pesquisa:

1 – É possível estabelecer comunicação não se levando em consideração as normas da gramática normativa?

2 – Falar errado é uma questão de estilo?

3 – Qual é a(s) estratégia(s) argumentativa(s) utilizada(s) em textos orais e escritos?

Como o objetivo deste trabalho é analisar textos parlamentares sob a ótica da oralidade, levarei em consideração alguns enfoques da lingüística, como o estilo do orador, que pode adotar diferentes tipos de linguagem para se comunicar com o seu público-alvo, assim como termos específicos comuns ao ambiente cultural em que vive. Recursos esses utilizados pelo orador para tentar convencer, persuadir o seu leitor ou ouvinte.

Após esse delineamento da pesquisa, a coleta de dados foi baseada na escolha de discursos parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados. Para isso, coletei alguns textos de oradores e separei aqueles que evidenciam a mudança brusca de estilo adotado pelo Parlamentar para se comunicar com seu público-alvo.

Como a Câmara dos Deputados é instituição composta por representantes do povo de diversas partes do Brasil, desde a área rural até a totalmente urbana, a preferência pela escolha de tais textos em detrimento de outros

deu-se justamente pelo fato de os dois oradores pertencerem a comunidades diferentes e terem competência comunicativa bem distintas.

1.1 A Análise Qualitativa de Dados

De acordo com Flick (2004, p. 20) os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos; no reconhecimento, na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores que produzem o conhecimento a respeito do tema da pesquisa; e na utilização de várias abordagens e métodos.

O ponto de partida da pesquisa qualitativa é trabalhar com textos. Na coleta de informações são produzidos dados que, por sua vez, são transformados em textos gravados ou escritos. Partindo dessa premissa, o processo de pesquisa qualitativo pode ser representado como uma trajetória que parte da teoria em direção ao texto, e outra do texto de volta à teoria. O cruzamento dessas duas trajetórias é a coleta de dados verbais ou visuais, e a interpretação desses dá origem a um plano de pesquisa específico.

Na trajetória da teoria ao texto, além de serem utilizados textos como material empírico, a pesquisa qualitativa trata das suas próprias construções da realidade, como também das construções que encontra no campo de ação ou nas pessoas que estudam de um modo geral.

Antes de se deparar com os dados empíricos, o pesquisador deve delimitar seu processo de pesquisa, transformá-lo em plano de pesquisa e formular as questões de pesquisa para, a partir delas, procurar e encontrar resposta(s) para o problema do seu campo de ação.

Na pesquisa qualitativa, trabalha-se essencialmente com dois tipos de dados: os verbais, que são aqueles coletados em entrevistas, discussões de grupos; e os visuais, que resultam da aplicação de diversos métodos de observação, como análise de fotografias, filmes.

Na etapa seguinte, os dados verbais e visuais são transformados em textos documentados ou transcritos. Dá-se, então, início à etapa do texto à teoria.

Os textos documentados não são meramente gravação neutra da realidade, mas etapa essencial para a construção do processo de pesquisa qualitativa. E a interpretação desses dados orienta o pesquisador no sentido de codificar e categorizar tais dados, ou de codificá-los e categorizá-los, ou até mesmo para analisar as estruturas seqüenciais do texto.

Segundo Flick (2004, p. 28) a pesquisa qualitativa tem como finalidade envolver o pesquisador em questões do tipo como avaliar a validade e a apropriabilidade do processo de pesquisa e dos dados produzidos. Devido às suas estratégias de pesquisas e conseqüentes resultados, esse método de pesquisa tem atraído a atenção de muitos pesquisadores.

Ainda com base em Flick (2004, p. 43), apresento a seguir a lista completa dos aspectos da pesquisa qualitativa:

- 1 - apropriabilidade de métodos e teorias;

- 2 - perspectivas dos participantes e sua diversidade;
- 3 - reflexibilidade do pesquisador e da pesquisa;
- 4 - variedade de abordagens e métodos na pesquisa qualitativa;
- 5 - Verstehen como princípio epistemológico (através de conversas, discursos e outros processos de trabalho de pesquisa, busca-se entender a opinião de um indivíduo a respeito de determinada situação social);
- 6 - reconstrução de casos como ponto de partida;
- 7 - construção da realidade como base; e
- 8 - texto como material empírico.

Portanto, de acordo com os aspectos apresentados acima, os pontos 1, 2, 7 e 8 são relevantes para a elaboração deste trabalho.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nos dias atuais, a política está presente no dia-a-dia de muitas pessoas e diz respeito à vida coletiva da sociedade para determinado grupo de homens organizados, escolhidos pela população por meio de processo eleitoral, para representá-la no Poder Legislativo.

Os políticos se valem dos seus discursos políticos para orientar, por intermédio do Poder Legislativo, as ações do Estado e do Governo, em nome do povo que o elegeu. E para isso eles utilizam estratégias argumentativas para conquistar seu eleitorado e conseguir sua aceitação.

Com esse objetivo, o parlamentar passa a utilizar alguns recursos argumentativos, tais como: primeiro, ele leva em consideração as características de um auditório ideal, do público que deseja atingir; em seguida, ele procura se adaptar a esse público por meio de acordos, de valores e de argumentos que vão ao encontro dos anseios desse auditório.

Dessa forma, o parlamentar se constitui o porta-voz do grupo que lhe confere o poder, por meio do voto, de exercer a função de representação social e política. Portanto, a relação que o político estabelece com os integrantes do seu auditório é de fundamental importância para que ele alcance os seus objetivos. E quando ele consegue persuadir o seu público é sinal de que está argumentando de forma eficaz.

O que determina o grau de envolvimento do auditório ideal com o que está sendo dito pelo político é a força com que seus argumentos chegam ao

destinatário, o que conduzirá à adesão. Além disso, o político tem que se valer de seu repertório lingüístico para variar seu estilo e demonstrar sua competência comunicativa para ordenar seus argumentos e persuadir o seu auditório.

Falando em discurso, vale ressaltar alguns conceitos relevantes, segundo a visão de alguns lingüistas de renome.

2.1 Definição de Discurso

Segundo Santana (2004, p.14),

o conceito de discurso surgiu em contraponto à dicotomia saussuriana língua/fala, sendo a primeira considerada parte de uma realidade social e estruturada conforme um conjunto de regras sistematizadas; e a segunda, uma realidade individual que prevê a autonomia de um sujeito falante.

Para Orlandi (apud SANTANA, 2004, p. 14), o discurso “é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística”. E Diniz (apud SANTANA, 2004, p. 14) complementa essa definição afirmando que no discurso pode-se flagrar o modo social de produção da linguagem, como os conflitos, os reconhecimentos, as relações de poder e a constituição das identidades, que são implicações do ato de tomar a palavra.

Segundo Fairclough (apud SANTANA, 2004, p. 14), o termo discurso se propõe a “considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Ele ainda afirma

que os discursos não só refletem e representam entidades e relações, como também as constroem e constituem.

Pode-se dizer que é no discurso que se manifestam e se constituem as relações sociais e de poder, a ideologia, o interdiscurso, as formações discursivas e ideológicas. É no discurso também que são construídos os sentidos e o “eu” se completa numa relação profunda com o “outro”.

2.2 Discurso Político

Como citamos inicialmente, vivemos rodeados de assuntos políticos, principalmente por estarmos, neste momento, em pleno processo de campanha eleitoral. Assim sempre nos vêm à memória os políticos fazendo discursos cheios de promessas nos palanques do Brasil afora.

Os discursos políticos são construídos a partir de intenções bem definidas, com o objetivo de argumentar a favor ou contra algo, visando a adesão de determinado público. Nesse sentido, os políticos se valem de estratégias argumentativas para dar suporte às idéias que pretendem veicular.

Podetti (apud SANTANA, 2004, p. 17) caracteriza o discurso político da seguinte forma:

- a) é produzido por uma instância vinculada ao Estado;
- b) tematiza os conflitos pelo poder de Estado;

c) circula publicamente;

d) supõe um lugar de legibilidade para a enunciação dos temas definidos em b, e, portanto, produz efeitos mediatos ou imediatos sobre a sociedade.

Dessa forma, podemos afirmar que os discursos políticos em anexo são assim caracterizados por serem produzidos por instância vinculada ao Estado, pois são proferidos por Deputados para o público em geral, circulam publicamente, além de serem divulgados em rádios e televisões específicas. Depois de pronunciados, podem ser lidos ou ouvidos por todas as pessoas, e trazem temas que têm um lugar de legibilidade e produzem efeitos sobre a sociedade.

Como o político usa o seu discurso para representar o seu eleitorado, nele ecoa não só a sua voz, mas a de todas as pessoas que lhe conferiram poder para representá-las. Dessa forma, o parlamentar torna-se o porta-voz dos seus eleitores, recebendo o poder para legitimá-los em seu discurso.

Segundo Conein (apud SANTANA, 2004, p. 18), a figura do porta-voz teve origem na Revolução Francesa. Pêcheux (idem), afirma:

a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído.

Portanto, como o político assume essa figura de porta-voz do povo, ele tem de lutar pelos interesses do povo, do “nós”, e não do “eu”, como tem ocorrido nos últimos tempos, em que políticos lutam por causas próprias e se esquecem dos

interesses do seu eleitorado. E para se manter como legítimo porta-voz do seu eleitorado o político tem que escolher os “inimigos” que deve atacar em nome do povo que representa, assim como os objetos, os valores e instituições que são temas de seu discurso.

Na verdade, a fala do político é dirigida para o povo e não é uma fala em nome do povo ou pelo povo. De acordo com Orlandi (apud SANTANA, 2004, p. 18) “no discurso político a voz do povo se fala no político” e o político tem autonomia para ser a voz do povo, para criar e inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente, desde que tenha representabilidade para fazê-lo.

2.3 Estilo

Sempre ouvimos falar que um falante ou escritor tem determinado estilo, que as pessoas têm estilo diferenciado de dirigir, de se vestir, de andar, de se portar diante das diversas situações que se apresentam no dia-a-dia e que até mesmo construções, literaturas e eventos seguem o estilo de determinada época.

Para melhor compreensão do que significa a palavra “estilo”, vale apresentar o conceito de estilo e um breve histórico da Estilística.

2.3.1 Definição de Estilo

Segundo Joos (apud OLIVEIRA, 1997, p. 17) estilo é a “forma de linguagem escolhida para atender a expectativas sociais”. Já para Murry (apud

MONTEIRO, 2005, p. 44), estilo é “a qualidade de linguagem, peculiar ao escritor, que comunica emoções ou pensamentos”.

Outros autores, como Câmara Júnior, Guiraud e Dubois (apud MONTEIRO, 2005, p. 44), também assinalam esse traço de individualidade:

“O estilo é a definição de uma personalidade em termos lingüísticos”,
(Câmara Jr.);

“O estilo é o aspecto do enunciado que resulta de uma escolha dos meios de expressão, determinada pela natureza e pelas intenções do indivíduo que fala ou escreve”, (Guiraud);

“O estilo constitui a marca da individualidade do sujeito no discurso”,
(Dubois).

De acordo com Halliday (apud OLIVEIRA, 1997, p. 17), “o estilo de discurso se refere às relações estabelecidas entre os participantes de uma atividade lingüística, particularmente ao nível de formalidade por eles assumido”.

2.3.2 Surgimento da Estilística

A palavra “estilística” já era usada no século XIX, mas só nas primeiras décadas do século XX, graças aos mestres Charles Bally (1865-1947), doutrinador da Estilística da língua, e Leo Spitzer (1887-1960), figura exponencial da Estilística literária, é que ela passou a designar nova disciplina ligada à Lingüística, tomando o lugar deixado pela Retórica.

2.3.3 A Escolha Estilística

Como o político tem o objetivo de conquistar a adesão do maior número de pessoas possível por intermédio de seu discurso, além de se valer de estratégias argumentativas, como dito anteriormente, ele tem que optar por um estilo lingüístico condizente com o de seu auditório.

Geralmente, a elaboração de uma frase aciona dois mecanismos básicos: de um lado, o de substituição e escolha dos termos, denominado relacionamento paradigmático; e, de outro, o de operações de arranjo ou combinação de termos de modo linear, o chamado relacionamento sintagmático.

O que determina a escolha de um termo dentre os diversos disponíveis é uma questão de âmbito estilístico, pois alguns termos agradam mais por darem melhor ritmo e sonoridade à linguagem e por exercerem a capacidade de visualização das pessoas na descrição de fato determinado. Em outras palavras, diante da diversidade de termos existentes, a pessoa escolhe aqueles que melhor se sintonizam com o contexto ou situação. Vale dizer que os bons oradores e escritores sabem se valer muito bem desses artifícios. Assim, conforme Noan Chomsky (apud MONTEIRO, 2005, p. 102), “a língua dispõe de número finito de regras que geram um número infinito de frases”.

Na verdade, a escolha estilística se efetua em dois níveis: o da **seleção**, aquele em que se opta por uma unidade lexical e se exclui as outras; e o da **combinação**, no qual se elege o tipo de construção ou de arranjo da frase, estabelecendo-se as relações precisas entre as unidades lexicais escolhidas.

Quando se realiza a escolha dos itens lexicais, substituem-se elementos que guardam relação de identidade ou equivalência semântica, apesar de alguns estudiosos considerarem que não há na língua dois termos com o mesmo significado.

Lyons (apud MONTEIRO, 2005, p. 103) defende a existência de dois tipos de sinonímia: a **completa**, quando os lexemas forem iguais em seus aspectos descritivo, expressivo e social; e a **absoluta**, quando o seu significado for igual em todos os contextos. Mas ele admite que a completa é bastante rara e a absoluta, praticamente inexistente.

Já Ullmann (apud MONTEIRO, 2005, p. 103) tem posição contrária à de Lyons, pois vê na nomenclatura científica ampla possibilidade de que dois ou mais termos sejam intercombináveis. Lapa (apud MONTEIRO, 2005, p. 104) adverte que nem sempre é recomendável ir ao dicionário buscar palavras que substituam outras, como normalmente fazem as pessoas, pois cada vocábulo possui valores evocativos próprios, relacionados às classes sociais, às regiões, à época, às profissões, etc. E Câmara Jr. (apud MONTEIRO, 2005, p. 104), com a mesma visão de Lapa, diz que há termos sinônimos que podem ser usados em contextos diferentes, pois há termos delicados ou grosseiros, nobres ou vulgares, poéticos ou usuais, e usuais ou científicos. Portanto, é o contexto que vai regular a seleção do vocábulo.

De acordo com Bakhtin (apud MONTEIRO, 2005, p. 105), um vocábulo terá tantos significados quantos forem os contextos em que se insere, assim como a imagem mental que se tem do objeto é variável, pois reflete a cultura ou a ideologia de cada indivíduo.

Após a seleção dos itens lexicais a serem utilizados no discurso, entra em ação o processo de combinação desses itens, o chamado relacionamento sintagmático, que apresenta duas modalidades de realização: o sistema de **coordenação** e o de **subordinação**.

Nas relações paratáticas ou de coordenação, prevalece a linguagem afetiva, mais apropriada para se transmitir estados emocionais. Essas construções se revestem de caráter espontâneo e de enunciados mais evocativos, tornando a linguagem mais expressiva. O estilo paratático é usado também na fala coloquial. Dessa forma, o falante ou escritor que usa esse estilo passa de uma linguagem lógica para um discurso afetivo, o que dá tom sentimental à relação de causalidade. E mais: nesse caso, as relações sintáticas se perfazem quase sempre com períodos simples e conectivos coordenativos.

Nas construções em que se utiliza subordinação ou hipotaxe, ocorre justamente o contrário: necessariamente o raciocínio lógico é mais rígido e a linguagem assume caráter mais informativo. O estilo é mais formal com o intuito de que o discurso se torne mais austero, já que as idéias se vinculam por meio de elos de subordinação. Conseqüentemente, o texto assume caráter mais objetivo e menos espontâneo.

Em síntese, a escolha entre esses dois tipos de construção está relacionada à natureza do discurso e cabe à Estilística identificar os procedimentos que geram expressividade.

E como os oradores e escritores são conscientes de que a linguagem pode ser reinventada em qualquer nível, de modo a adequá-la a seus argumentos, eles sempre abrem novas possibilidades de construção dos enunciados, valendo-se

da operação de desconstrução frasal. Ou seja, utilizam-se de frases soltas, palavras dispostas numa seqüência rítmica, como se formassem períodos, criando elementos de ação que permitem ao leitor/ouvinte visualizar o personagem ou a situação descrita no espaço ficcional ou real e no tempo. O uso das frases fragmentárias e repetitivas, na verdade, revelam o ritmo de vida nervoso e absurdo do mundo moderno.

Ao elaborar discurso escrito ou falado, o orador deve levar em consideração o ponto de vista que deve norteá-lo. Ele deve adotar o foco narrativo que irá veicular sua ação ao ato narratório. Assim, o escritor ou orador pode adotar o estilo impessoal, o de narrador ausente, ou o estilo em que se confunde com uma das personagens ou com o público que pretende atingir, o narrador-personagem.

De acordo com Todorov (apud MONTEIRO, 2005, p. 117), o orador ou escritor pode assumir uma das seguintes atitudes:

- narrar tudo, apresentando não apenas as ações, mas até os pensamentos e desejos dos personagens;
- nada predizer quanto ao desenrolar da ação, sugerindo com isso que seu conhecimento a respeito da estória não é total;
- captar da trama apenas aquilo que está ao alcance de seus sentidos, como um observador neutro.

Alguns estudiosos sustentam que o estatuto narrativo da primeira pessoa é mais adequado para transmitir ao destinatário da enunciação o sentimento de incerteza. Por outro lado, na elaboração das frases que compõem o seu discurso, o falante utiliza certos tipos de construções que, para os gramáticos, mais parecem frases quebradas que não merecem ser analisadas.

Um desses tipos de construção é a estrutura topicalizada. De acordo com Pontes (apud MONTEIRO, 2005, p. 119), o tópico pode explicar esse tipo de estrutura sintática, característica do português brasileiro.

Na verdade, o tópico se caracteriza por estabelecer quadro de referência para o que será dito em seguida. Nada mais é do que um comentário, mecanismo que evidencia ou ressalta o termo que o escritor deseja focalizar.

Para os gramáticos, há três processos sintáticos que participam da estrutura frasal: a concordância, a regência e a colocação dos termos. Devido ao caráter heterogêneo da língua, eles são obrigados a apresentar exceções para cada um dos processos mencionados acima por não haver uniformidade em seu emprego.

Em relação à concordância é difícil afirmar o que realmente constitui preceito gramatical ou simples questão de escolha estilística. É o caso, por exemplo, do que ocorre com a flexão do infinitivo. Segundo Maurer Jr. (apud MONTEIRO, 2005, p. 121) dada construção pode admitir duas possibilidades de emprego do infinitivo, sendo a escolha influenciada por fatores pessoais, relacionados à ênfase ou à clareza da frase. Para ele, é a subjetividade ou a intencionalidade que define entre a forma flexionada e a invariável:

usa-se a primeira quando se quer fazer sentir o aspecto pessoal da ação expressa pelo infinitivo; recorre-se à segunda quando se quer exprimir uma ação geral, sem insistir na pessoa que a realiza.

Vilanova e Melo (apud MONTEIRO, 2005, p. 102) afirmam que “a forma pessoal é mais concreta e objetiva, ao passo que a impessoal é mais imprecisa, genérica, menos dinâmica”. Resumindo, os critérios de clareza, ritmo, realce, ênfase e euforia é que condicionam a escolha em dado contexto.

Quanto à regência, as orientações vigentes em relação à sua utilização trazem sérios prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem da língua, pois de quase nada adianta afirmar que um verbo exige essa ou aquela preposição. Na verdade, a preposição surge espontaneamente em função da necessidade expressiva.

Portanto, antes de se afirmar se o uso da regência está certo ou errado, o enunciado deveria ser objeto de análise estilística, a fim de se esclarecer o verdadeiro propósito de quem escolhe entre uma regência e outra.

Em relação à colocação de termos em uma frase, na língua portuguesa os termos oracionais são dispostos de maneira direta, na qual o sujeito precede o verbo e este seus complementos. Muitas vezes, o deslocamento de um termo é questão de escolha entre as variantes incorporadas pela norma e nem sempre constitui desvio da norma padrão. Na verdade, o desvio só ocorre quando a inversão for violenta ou inusitada. Mas, independentemente de desvio ou não, sempre há algum efeito a ser interpretado.

De modo geral, a ordem direta é utilizada para enunciados lógicos, de caráter informativo, peculiares à linguagem denotativa; e as inversões indicam a participação de conteúdos emocionais, a intenção de enfatizar determinado termo, atribuindo-lhes significados afetivos.

É bom lembrar que a utilização de determinado termo tem muito a ver com o significado que se pretende dar a um enunciado. Segundo Amado Alonso (apud MONTEIRO, 2005, p. 125), a expressividade emocional “é obtida não apenas pela seleção de vocábulos, mas por sua colocação na frase”. É o caso da posição do adjetivo no português, que tem duas possibilidades para seu emprego: anteposto ao substantivo, caso em que ele ressalta noções afetivas; e posposto, quando assume valor objetivo ou denotativo.

Vale ressaltar que o adjetivo, semanticamente falando, é a palavra que exprime qualidades atribuídas a seres ou a objetos. Ele é uma das classes que mais enfatizam o lado afetivo da comunicação e é um dos assuntos prediletos dos estudiosos do estilo. Vocábulos ou expressões que funcionam como adjetivo têm a capacidade de criar imagens sensoriais, como a olfativa, a tátil, a visual, etc.

O tempo verbal é outro aspecto que desperta interesse estilístico, pois tem a função de localizar determinada situação descrita no tempo cronológico. Vale ressaltar que essa localização nem sempre é precisa, em virtude de ser relativa a outro tempo, o ponto de referência ou intervalo durante o qual o discurso é proferido. Em relação ao falante é que o presente, o passado e o futuro são interpretados.

Dentre a pluralidade de valores apresentados pelas formas verbais, vale destacar que o presente do indicativo é utilizado para denotar certeza, disposição efetiva de realizar uma ação. Ele também é usado para exprimir ações ou estados permanentes, idéia de condição, dentre outras. O pretérito imperfeito do indicativo pode ser utilizado para descrever o que foi presente numa época passada, para indicar ações que se processavam habitualmente, para transmitir imprecisão ou indeterminação, para atenuar afirmação que normalmente estaria no presente do

indicativo e para indicar fato que seria conseqüência natural de outro. O pretérito mais-que-perfeito do indicativo é utilizado para exprimir algo ocorrido antes de outro evento e também é utilizado no lugar do futuro do pretérito e do imperfeito do subjuntivo.

Portanto, ao produzir um discurso, o falante deve demarcar os intervalos de tempo em que ocorrem as ações ou estados falados ou descritos, a fim de situar o ouvinte ou leitor no espaço de tempo do seu discurso.

2.3.4 Variação Estilística

Para Bortoni-Ricardo (apud OLIVEIRA, 1997, p. 18), Martin Joos foi o primeiro lingüista americano a classificar os diferentes tipos de estilos, levando em consideração o tópico, o cenário e a audiência envolvida. Segundo ele, há um contínuo de cinco estilos: íntimo, casual, consultativo, formal e impessoal.

De acordo com Joos, uma pessoa utiliza vários estilos em seu repertório lingüístico, pois eles variam conforme as situações sociais que as pessoas enfrentam no seu dia-a-dia. Ele denomina esse fenômeno de variação estilística.

Autores como Bell e Duranti (apud OLIVEIRA, 1997, p. 18) consideram a variação estilística como fenômeno determinado pelo formato da audiência, que nada mais é do que fatores sociais que moldam o estilo do falante de acordo com o público-alvo com o qual pretende se comunicar.

Para Bell (apud OLIVEIRA, 1997, p. 19), há duas dimensões que determinam o uso de determinado estilo por parte do falante: a **responsiva**, aquela

em que o falante varia o seu estilo em resposta à mudança situacional ou extralingüística; e a **iniciativa**, na qual o falante usa determinado estilo para redefinir situação existente. Ainda segundo ele, o estilo adotado por um falante é uma resposta à sua audiência.

Essa concepção de variação estilística de Bell e Duranti pode ser definida nos termos da Teoria da Acomodação de Giles e seus seguidores, que pressupõe que cada pessoa molda o seu estilo ou ajusta a sua fala com o intuito de obter a aprovação de seus interlocutores.

Assim como há aqueles que visam a adaptar seu estilo de acordo com o seu público-alvo, há também aqueles falantes que desejam ressaltar as diferenças lingüísticas existentes entre eles e sua audiência. É a chamada estratégia de divergência, assim definida por Myers-Scotton, oposta à estratégia da acomodação ou divergência.

Bortoni-Ricardo enfatiza a importância da Teoria da Acomodação para explicar as causas e os motivos das variações lingüísticas não só relacionadas às audiências, mas também ao contexto e às pressões externas, como as expectativas sociais ou normas de conduta típicas de uma cultura ou de uma comunidade.

2.3.5 Estilo Formal x Estilo Informal

A variação estilística também leva em consideração o tipo de discurso: formal e informal. Ervin-Tripp (apud OLIVEIRA, 1997, p. 23) “descreve a

formalidade/informalidade como uma variável situacional, demarcada em função do grau de seriedade ou de intimidade admitido em cada situação social”.

Devido à dificuldade de estabelecer parâmetros para analisar a variação estilística, Bortoni-Ricardo (apud OLIVEIRA, 1997, p. 23) baseou-se na noção de contingência estabelecida por Van Lier para apresentar uma variável situacional diferente dos parâmetros situacionais tradicionais por considerar que a natureza interacional se reveste de certo grau de contingência.

Esse parâmetro consiste em identificar a formalidade/informalidade de determinada situação social de acordo com o maior ou o menor grau de apoio contextual ou de dependência de um enunciado em relação ao outro. Dessa forma, quanto maior o grau de contingência, maior será o envolvimento existente entre os interlocutores no processo de interação.

O alto grau de contingência é, portanto, indicativo da informalidade da situação, ao passo que o baixo grau de contingência é fator que determina a formalidade.

Para Atkinson (apud OLIVEIRA, 1997, p. 24) há outros fatores que também indicam o grau de formalidade de um discurso, tais como: a frequência e a duração de pausas dentro dos turnos; as lacunas entre turnos; e os tópicos de discussão.

Já Ochs (apud OLIVEIRA, 1997, p. 24) define como discurso formal aquele em que o falante se organiza para produzi-lo, planejando previamente as idéias e estruturando sintaticamente os itens lexicais; e informal aquele que não é planejado, que tem estruturas gramaticais reduzidas e simplificadas.

Dentre os diversos fatores que caracterizam o estilo de formalidade/informalidade, três deles são de grande importância para a análise dos textos em anexo:

a) vocabulário: a escolha lexical constitui índice revelador do estilo usado pelo falante. O estilo informal geralmente é caracterizado pelo emprego de gírias, expressões coloquiais e palavras de sentido genérico, como “coisa”, “negócio”, etc.; e o formal é identificado pela precisão vocabular do orador e o uso de itens lexicais próprios da cultura de letramento;

b) fonologia: as diferenças de pronúncia também determinam as mudanças de um estilo para outro. O uso de abreviações, supressão de fonemas e erro de concordância indicam estilo informal, ao passo que a pronúncia bem articulada das palavras, assim como a restrição no uso de elipses evidenciam o estilo formal;

c) sintaxe: a formalidade será caracterizada pelo uso da ordem direta das frases e pela complexidade das estruturas sintáticas; e a informalidade, pelo uso de estruturas sintáticas simples e pelo truncamento das orações, ou seja, uso de anacoluto, de orações invertidas.

Fatores como velocidade da fala e entonação, expressões faciais e gestos, forma de tratamento entre os interagentes e assimetria nos papéis desempenhados pelos falantes também determinam o grau de formalidade do orador.

2.4 Competência Comunicativa

No início do século XX, o lingüista suíço Ferdinand de Saussure, visando viabilizar o estudo das línguas e das linguagens humanas, propôs uma distinção entre língua e fala. Segundo ele, “língua é um sistema abstrato, partilhado por uma comunidade de falantes, que ganha realidade concreta na fala” (apud BORTONIRICARDO, 2004, p. 71).

Em 1965, o lingüista Noan Chomsky, retomando a discussão entre fala e língua, propôs uma dicotomia entre competência e desempenho ou performance. Conforme o conceito de língua de Saussure, a competência tem caráter abstrato e o desempenho, como a fala, tem caráter concreto.

De acordo com a Teoria da Gramática Gerativa, desenvolvida por Chomsky, a competência consiste no conhecimento que o falante tem de um conjunto de regras que lhe permite produzir inúmeras sentenças, reconhecendo aquelas que são bem formadas, segundo o sistema de regras da língua. Vale dizer que toda sentença formulada pelo falante de uma língua é bem formada, independentemente de serem próprias da chamada língua-padrão ou de outras variedades.

Levando-se em consideração o conceito de competência de Chomsky, o falante nativo de uma língua produz sentenças de acordo com o conhecimento das regras básicas das variedades e dos estilos da língua que compõem o seu repertório. Dessa forma, podemos afirmar que as únicas sentenças mal formadas

seriam aquelas produzidas por estrangeiros que não falam bem a língua ou por crianças que ainda estão desenvolvendo sua competência lingüística, que ainda não sabem respeitar as regras morfossintáticas e semânticas que fazem parte da competência dos falantes.

Todo falante nativo do português produz sentenças bem formadas de acordo com o sistema da língua que ele internalizou. Assim, um falante do meio rural segue os padrões ou regras das variedades rurais. Nesse caso, estamos levando em consideração o fato de o falante ter competência para formar sentenças e não o fato de ele seguir as regras da gramática normativa, já que os gramáticos consideram erro toda sentença que não segue a regra da chamada língua padrão. Portanto, nenhum falante usa mal a sua língua materna. Mas a forma como a usa depende de fatores variáveis, tais como a urbanização, a oralidade, o letramento e a monitoração estilística.

Para Chomsky, a competência lingüística é abstrata e consiste no conhecimento internalizado que o falante tem das regras para formar sentenças em sua língua; e o desempenho consiste no uso efetivo da língua pelo falante.

Quando Chomsky propôs essa dicotomia, alguns estudiosos fizeram críticas e propuseram reformulações. A principal delas foi proposta pelo sociolingüista americano Dell Hymes, em 1966, que julgava que a competência lingüística não levava em consideração as questões de variação da língua, seja ela interindividual, que se dá entre as pessoas, seja ela intraindividual, que considera o repertório de uma mesma pessoa.

Dessa forma, Hymes propôs o conceito de competência comunicativa, que é bem mais amplo e inclui não só as regras de formação de sentença, como

também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala. Ou seja, a competência comunicativa do indivíduo lhe permite saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores nas mais diversas circunstâncias.

Na verdade, a proposta de Hymes incluiu a noção de adequação no âmbito da competência. Isso quer dizer que quando o indivíduo faz uso da língua, ele não só aplica regras para produzir sentenças bem formadas, mas também usa normas de adequação definidas em sua cultura. Tais normas é que lhe dizem como e quando monitorar seu estilo. Quando o assunto necessita de tratamento formal, por exemplo, o falante deve utilizar estilo mais monitorado; e quando a situação for mais descontraída, ele não precisa ficar em processo de vigilância e de monitoramento constantes e podem usar estilo mais coloquial, sempre levando em consideração o papel social que estiver desempenhando.

Dentro do conceito de competência comunicativa, Dell Hymes incluiu também a noção de viabilidade, que para ele está ligado a fenômenos sensoriais e cognitivos, como a audição, a memória, dentre outros. Mas Bortoni-Ricardo prefere associar a viabilidade à noção de recursos comunicativos, tais como os gramaticais, os de vocabulários, os de estratégias retórico-discursivas, dentre outros.

À medida que as pessoas ampliam suas experiências na comunidade em que vivem e passam a assumir diferentes papéis sociais, elas vão adquirindo tais recursos comunicativos. E a escola tem papel fundamental no processo de aquisição desses recursos. Quando as crianças vão para a escola, elas já sabem falar sua língua materna, têm competência lingüística para compor sentenças bem formadas e se comunicar em diversas situações. Mas como elas ainda não têm ampla gama de tais recursos para realizar tarefas comunicativas que exigem muita monitoração, o

papel da escola é facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, dando-lhes oportunidade de se apropriarem de recursos comunicativos necessários para desempenharem com segurança e da melhor forma possível as mais distintas tarefas lingüísticas. Na verdade, a escola vai ajudá-las a ter domínio de recursos comunicativos específicos para fazerem uso da escrita em gêneros textuais mais complexos e da oralidade em estilos monitorados.

Portanto, todo falante dispõe de competência lingüística em sua língua materna para produzir sentenças bem formadas e se comunicar com eficiência. Dessa forma, todos os alunos que têm como língua materna o português já são competentes em Língua Portuguesa.

Vale ressaltar que à medida que os indivíduos vão desempenhando ações sociais mais diversificadas e complexas, além do domínio da família e da vizinhança mais próxima, eles têm de atender às normas vigentes nos novos domínios de interação social que passam a freqüentar. Como em muitas situações de domínio social os indivíduos se comunicam usando mais a escrita do que a fala, eles também acabam sendo submetidos aos critérios de monitoração estilística, que nada mais são do que normas culturais convencionadas naquele domínio. E as normas de correção gramatical nada mais são do que normas convencionais que governam certos tipos de interação por meio da língua escrita ou da língua oral monitorada.

Apesar de todo indivíduo usar com competência sua língua materna, ele deve ampliar sua gama de recursos comunicativos para adequar sua fala ao gênero lingüístico exigido em cada ambiente interativo, pois o uso da língua é prática social que exige vocabulário específico e formações sintáticas que estão abandonadas

pelas gramáticas normativas. E é na escola que os indivíduos vão adquirir recursos comunicativos que lhes irão permitir um desempenho competente nas práticas sociais especializadas.

Há três fatores que estão associados à ampliação dos recursos comunicativos: grau de dependência textual; grau de complexidade do tema abordado; e familiaridade com a tarefa comunicativa.

Em uma produção lingüística, o contexto é um dos fatores principais para que a comunicação se dê de forma harmônica, apesar de o grau de dependência do contexto variar muito. Ou seja, quando houver muitas pessoas que partilharem de experiências comuns, a comunicação entre elas fluirá de maneira mais fácil por elas se valerem de muitas informações implícitas. É o que podemos chamar de discurso com alto grau de contextualização.

Quanto maior o domínio que a pessoa tiver sobre determinado tema, quanto maior o seu grau de envolvimento com o tema, mais facilidade ela terá para discorrer sobre ele. Apesar de todo indivíduo não se destacar em todas as habilidades, há aqueles que quando têm que desempenhar uma tarefa comunicativa para a qual não dispõem de recursos a atividade torna-se estressante. E na busca de maneiras para cumprir a obrigação que lhe foi incumbida, o indivíduo acaba utilizando termos com os quais não se familiariza, empregando-os de maneira incorreta.

2.5 Considerações sobre a Variação Lingüística no Brasil

Os primeiros ambientes em que as crianças começam a desenvolver seu processo de sociabilização são o da família, o dos amigos e o da escola. Para a sociologia, esses ambientes são denominados de domínios sociais.

Domínio social é um espaço físico em que as pessoas interagem entre si e assumem certos papéis sociais, que, por sua vez, são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas sócio-culturais. Sempre que usamos a linguagem, reforçamos nossos papéis sociais dentro de cada domínio.

É muito comum alguns indivíduos se sentirem mais à vontade para conversarem no domínio do lar e da família, pois nessas circunstâncias a pressão comunicativa sobre eles é muito pequena. E geralmente, quando transitam do domínio do lar para o domínio da escola, eles sentem dificuldades para interagir, pois deixam de lado a cultura da oralidade, mais informal, e precisam assumir a cultura do letramento, permeada pelas regras da escrita. Isso pode ocorrer muitas vezes se o professor usar uma linguagem muito formal, não muito conhecida por aquela comunidade em que leciona, gerando insegurança lingüística entre os falantes na sala de aula.

A variação no uso da língua ocorre em qualquer domínio social, pois ela é inerente à própria comunidade lingüística e em todos os ambientes sociais há regras que determinam as ações que ali são realizadas.

Na própria escola, há variação na linguagem estabelecida entre os professores e os alunos, e entre os demais segmentos, que desempenham função

de autoridade que lhes confere direitos especiais e obrigações, como a de usar a linguagem de maneira mais cuidada e monitorada.

Pesquisas realizadas em Goiás e no Distrito Federal mostraram que os professores monitoravam sua linguagem quando conduziam eventos de letramento, aqueles mediados pela língua escrita, enquanto eram mais espontâneos nos eventos de estrita oralidade. A escola é somente um exemplo que pode ser estendido para os demais contextos sociais.

A variação lingüística ocorre em toda comunidade de fala, seja ela pequena, como um distrito rural, ou grande, como uma capital, um estado ou país, e decorre de diversos fatores, tais como:

- grupos etários, que usam expressões conforme a época;
- grupos de gênero, uma vez que homens e mulheres falam de maneiras diferentes (mulheres gostam de usar marcadores conversacionais como “né?”, “ta?” e “tá bom?”, como forma de obter a concordância do interlocutor; e homens usam muitos palavrões e gírias, conforme os papéis sociais que estão desempenhando);
- diferenças de *status* socioeconômico, que representam desigualdade na distribuição de renda e de bens materiais e culturais, como livros, jornais, revistas, acesso ao computador e à internet;
- o grau de escolarização, o tempo que o indivíduo freqüentou a escola e a qualidade dessa instituição influenciam muito no seu repertório lingüístico;

- o mercado de trabalho também influencia no seu repertório lingüístico, pois dependendo da atividade que exerce o indivíduo precisa saber monitorar seu estilo com segurança de acordo com o ambiente em que for se comunicar; e
- a rede social, pois representa os diferentes domínios sociais em que o indivíduo interage, determinando as características do seu repertório sociolingüístico.

Além disso, há também os grupos de referência, que são aqueles com os quais o indivíduo não interage fisicamente, mas adota o modelo para sua conduta. É o caso daquele indivíduo que assiste a novelas de televisão, filmes, relatos, etc. e adota o comportamento de determinado personagem.

Portanto, todos esses atributos estruturais fazem parte da vida do falante e têm grau de influência no seu repertório sociolingüístico.

2.6 O Contínuo de Monitoração Estilística

Bortoni-Ricardo faz considerações importantes sobre o não-uso das expressões “língua padrão” e “dialetos”, “variedades não-padrão”, por considerar que esses termos carregam fortes doses de preconceito e estabelecem fronteiras rígidas entre as diversas entidades existentes.

Então, para entendermos melhor a variação lingüística no português brasileiro, ela propõe três linhas imaginárias, denominadas de contínuos. São eles:

contínuo da urbanização; contínuo de oralidade-letramento; e contínuo de monitoração estilística.

O contínuo da urbanização é formado, em uma ponta, pelos falares rurais e, na outra, pelos falares urbanos. Os falantes rurais são aqueles que moram em áreas rurais mais distantes, isolados pelas dificuldades geográficas e pela falta de acesso a informações. E os falantes urbanos são aqueles que, por morarem mais próximos aos centros urbanos, são influenciados pela codificação lingüística, como a definição do padrão correto de escrita e de pronúncia, nos moldes da gramática. Mas há também aquelas comunidades localizadas entre a área rural e a urbana, a chamada “zona rurbana”, integrada por imigrantes que ainda preservam muito de seus antecedentes culturais em seu repertório lingüístico, mas que já estão sendo submetidos à influência urbana, seja pelos meios de comunicação, seja pela absorção de novas tecnologias agropecuárias.

Como não há fronteiras rígidas que separam os falares rurais, rurbanos ou urbanos, surge, então, a idéia de utilização da expressão “contínuo”. Há expressões que, à medida em que se sai do meio rural para o urbano, assumem traços descontínuos, pois seu uso é descontinuado nas áreas urbanas. Esses traços descontínuos, muitas vezes, recebem avaliação negativa nas comunidades urbanas. E os falares que são presentes na fala de todos os brasileiros e se distribuem ao longo do contínuo da urbanização são os chamados traços graduais, cuja distribuição se dá de forma gradual entre os diversos falantes do contínuo.

No contínuo de oralidade-letramento, as culturas de letramento estão situadas na ponta do contínuo de urbanização, enquanto as de oralidade, na ponta entendida como rural. Como também não há fronteiras bem marcadas entre os

eventos de oralidade e os de letramento, um evento de oralidade pode ser permeado de momentos de letramento e vice-versa.

E no contínuo de monitoração estilística os fatores que determinam o nível de monitoramento do estilo a ser adotado são: o ambiente, que exige mais formalidade ou não; o interlocutor, que regula o grau de autoridade da pessoa com a qual falamos ou desejamos causar impressão; e o tópico da conversa, se ela tem grau de brincadeira ou se é séria — neste caso, é importante a pessoa dar uma moldura à conversa, orientando os interagentes sobre a natureza da interação.

Finalizando, com base nos conceitos de estilo, de variação estilística, do discurso formal para o informal e vice-versa, de competência comunicativa e levando em consideração os contínuos de monitoração estilística, analisaremos os pronunciamentos dos parlamentares em anexo, mostrando como ocorre a variação de estilo na oralidade.

3 ANÁLISE DOS TEXTOS

Com base nos conceitos desenvolvidos no capítulo anterior, analisarei dois discursos parlamentares, cujos oradores adotam estilos diferentes para se comunicar com seu público-alvo, além de possuírem competência comunicativa bem distintas.

Nesta análise, procurarei responder às seguintes questões de pesquisa:

1 – É possível estabelecer comunicação não se levando em consideração os preceitos da gramática normativa?

2 – Falar errado é uma questão de estilo?

3 – Qual é a(s) estratégia(s) argumentativa(s) utilizada(s) em textos orais e escritos?

Como vimos, o político é eleito pelo povo para representá-lo ou no Parlamento, ou nas Assembléias Legislativas, ou nas Câmaras de Vereadores. O Parlamentar torna-se, portanto, o porta-voz dos anseios da população que o elegeu. E para se comunicar com seus eleitores ele se vale de seus recursos argumentativos e de seu repertório lingüístico para variar seu estilo conforme o auditório em que está inserido.

Antes de passarmos à análise dos textos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, em sessões distintas, ambos transcritos *ipsis verbis*, farei breve relato biográfico dos dois parlamentares.

O Texto 1 ou T-1¹ é da Deputada “X”, do Partido dos Trabalhadores — PT, representante da área rural de Santa Catarina. Ela é agricultora, possui o ensino fundamental incompleto, ingressou na política em 1982, exerceu atividades parlamentares na Assembléia Legislativa de seu Estado e está no terceiro mandato como Deputada Federal, sempre atuando em defesa do campo e da mulher.

O Texto 2 ou T-2² é do Deputado “Y”, do Partido da Frente Liberal — PFL, nordestino, agricultor, advogado e promotor de justiça. Ele iniciou seus estudos em Direito na Universidade Clássica de Lisboa e o concluiu na Universidade Federal de Alagoas; fez Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco; foi Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas; está no sexto mandato como Deputado Federal; participou de várias missões oficiais representando o Brasil e já recebeu algumas condecorações.

Após a leitura do T-1 podemos observar que o objetivo da Deputada é reivindicar os direitos das maricultoras, pescadoras artesanais de Santa Catarina que desempenham trabalho árduo e não são reconhecidas por isso.

Além disso, ela relembra sua luta para que as trabalhadoras rurais tivessem seus direitos reconhecidos constitucionalmente, já que se reconhecia apenas o trabalho que o homem desempenhava no campo. Essa conquista serviu para mostrar às mulheres que elas têm o direito de conquistar o seu espaço e de lutar por garantias, pois atualmente é indispensável a presença da mulher no mercado de trabalho para garantir a sua sobrevivência e a da sua família. E mais: o trabalho ajuda a mulher a ter maior interação social e a participar de atividades culturais.

¹ O Texto 1 ou T-1 encontra-se no Anexo A.

No sentido de ver reconhecido o trabalho desempenhado pelas pescadoras artesanais (como limpar o peixe, preparar o camarão, fazer a rede de pesca e consertá-la, além de cuidar dos filhos), a Deputada apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei para regulamentar a profissão dessas trabalhadoras. Assim, elas passariam a ter os direitos assegurados pela Previdência Social, como salário-maternidade, indenização por acidente de trabalho, aposentadoria, dentre outros.

No T-2, o objetivo do Deputado é externar sua preocupação em relação à reivindicação dos Municípios em aumentar em 1% sua participação no Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Ele faz breve histórico sobre a marcha dos Prefeitos ocorrida em Brasília, oportunidade em que eles apresentaram essa reivindicação. Na ocasião, o Governo considerou muito justo o pleito dos Prefeitos, pois representaria o crescimento da receita dos Municípios.

Em seu pronunciamento, o Deputado “Y” mostra que tem conhecimento do assunto, menciona que já foi Secretário da Fazenda e sabe que o percentual pleiteado de 1% não irá sequer repor as perdas sofridas pelos Municípios em virtude da cobrança de tantas contribuições por parte da União, uma invenção do Governo FHC, aperfeiçoada pelo Governo Lula.

O Deputado demonstra sua preocupação ao falar do tempo decorrido — mais de 1 ano — e até então nenhuma providência foi tomada. Ressalta que a pauta do Congresso está trancada por medidas provisórias, que a Casa está preocupada em julgar os Deputados envolvidos em processos de corrupção, que o tempo está

² O Texto 2 ou T-2 encontra-se no Anexo B.

passando e que a nova marcha pode trazer as mesmas reivindicações. Outro fato que também o preocupa é o fato de o Governo misturar o Fundo de Participação dos Municípios com o recolhimento de ICMS, dois fatos completamente distintos e que podem resultar em conseqüências desastrosas para os Municípios.

E finaliza seu pronunciamento manifestando a posição favorável de seu partido ao aumento de 1% da participação dos Municípios no FPM e implorando a Lula que não crie artifícios políticos que impeçam a aprovação dessa matéria.

No capítulo de referenciais teóricos, vimos que a elaboração de uma frase aciona dois mecanismos básicos: de um lado, o relacionamento paradigmático, que se refere à escolha dos termos a serem utilizados; e, de outro, o sintagmático, responsável por combinar os termos de modo linear.

É importante dizer que a escolha dos termos é uma questão de estilo, pois alguns agradam mais por darem à linguagem mais ritmo e sonoridade e por retratarem melhor o contexto ou situação.

Após a seleção dos itens lexicais a serem utilizados no discurso, entra em ação o processo de combinação desses itens, o chamado relacionamento sintagmático, que apresenta duas modalidades: o sistema de coordenação e o de subordinação.

No caso do T-1, podemos observar que a oradora adota vocábulos de fácil entendimento, usa apostos com freqüência e pronomes que nos remetem ao termo anterior, na intenção de realçar que as maricultoras são pescadoras do mar e mulheres que desempenham árduo trabalho, como mostra o fragmento:

(1) "...a pedido das pescadoras artesanais, maricultoras, essas mulheres que fazem um trabalho que até agora não têm direito." (linhas 6 a 8).

No T-2, já podemos notar termos mais rebuscados, o que nos mostra que o Deputado tem repertório lingüístico mais refinado, tem conhecimento do assunto em questão e sabe articular suas idéias. Exemplificando, destaco as seguintes palavras: "melindrar" (linha 14); "advento" e "intensivo" (linha 19); "limiar" (linha 23); "repletas" (linha 25); "incremento" (linha 27); "vindoura" (linha 31); "procrastine" e "embrome" (linha 53); "municipalidades" e "municípios" (linha 55); e "imprescindível" (linha 56).

Além disso, o Deputado também atribui adjetivos ao Presidente Lula de maneira indireta, variando os termos de maior carga significativa para os de menores significados, como podemos verificar no fragmento seguinte:

(2) "Portanto, peço, apelo, suplico, imploro a Lula, o iluminado, a Lula, que nada sabe, a Lula, que nada vê, a Lula, que às vezes governa este País, peço a Lula que dê, de uma vez por todas, esse 1% de aumento." (linhas 51 a 53).

Notamos também que no T-1 prevalecem as relações paratáticas ou de coordenação, o que se pode notar no início de cada período, quando a oradora utiliza sempre a conjunção coordenada aditiva "e". O fragmento 3 exemplificará essa marca da oralidade utilizada pela Deputada:

(3) "E o nosso Projeto nº 6697, de 2006, ele vem com apoio..." (linha 8).

“E dizer que este projeto é muito importante porque até agora as trabalhadoras do mar...” (linhas 10 e 11).

“E foi uma luta de mobilização no Brasil que mudamos essa concepção...” (linhas 16 e 17).

No T-2, o Deputado também iniciou algumas orações com a conjunção coordenada aditiva “e”, como podemos observar no fragmento 4:

(4) “E quero registrar essa preocupação porque em março de 2005, 1 ano e 1 mês...” (linha 8).

“E lá, naquela oportunidade, foi acenado com muito vigor para os...” (linha 16).

Constatamos também que no T-2 o Deputado segue raciocínio lógico para expressar suas idéias, sua linguagem assume caráter mais informativo e seu texto, caráter mais objetivo, o que caracteriza a construção por subordinação ou hipotaxe. É o que podemos observar no fragmento 5, quando o orador usou o pronome relativo “que” para introduzir uma oração subordinada adjetiva explicativa para enfatizar a possibilidade de os Prefeitos serem atendidos em seu pleito:

(5) “... foi acenado com muito vigor para os Prefeitos, que teriam o ganho justo que pleiteiam.” (linhas 16 e 17).

A Deputada “X” usa a linguagem de modo espontâneo, com prevalência de frases soltas, palavras dispostas em uma seqüência rítmica, muitas vezes sem concluir o pensamento, o que caracteriza operação de desconstrução frasal. É o que podemos verificar no fragmento 6 que destaco do texto:

(6) “Nesse aspecto, as trabalhadoras, que são pescadoras artesanais, agricultoras, que os maridos se aposentam e elas não têm direito porque não se considera trabalho limpar o peixe, preparar o camarão, consertar a rede, fazer a rede, cuidar dos filhos.” (linhas 22 a 25).

Para a Estilística, esses tipos de construção estão relacionados à natureza do discurso e podem ser considerados procedimentos que geram expressividade.

Sob o ponto de vista gramatical, há três processos sintáticos que participam da estrutura frasal: a concordância, a regência e a colocação dos termos. Mas como a língua portuguesa apresenta caráter heterogêneo, os gramáticos são obrigados a apresentar exceções para cada um dos processos mencionados acima, pois não há uniformidade em seu emprego.

De acordo com as regras gramaticais, podemos observar que no T-1 há alguns erros de concordância e de regência. Mas o que chama a atenção é o fato de a oradora não se preocupar em colocar os termos oracionais em seqüência direta. Ela simplesmente joga suas idéias sem se preocupar em coordená-las. Podemos observar essa situação no fragmento 8, transcrito abaixo:

(8) “E foi uma luta de mobilização no Brasil que mudamos essa concepção, colocando, discutindo, reconhecendo.” (linhas 16 e 17).

Mas do ponto de vista da Estilística, o uso de determinada regência e o deslocamento de termos têm sempre algum efeito a ser interpretado, a ser enfatizado, o que para a gramática constitui desvio da norma padrão.

Dentre os diversos fatores que caracterizam o estilo de formalidade/informalidade de um texto, os mais importantes são: o vocabulário, a fonologia e a sintaxe. Como podemos observar, no T-1 a oradora usou palavras de fácil entendimento, estruturas sintáticas simples e algumas orações truncadas, o que caracteriza o grau de informalidade de seu texto e também o nível da sua cultura de letramento.

Já no T-2, observamos que o Deputado usou do estilo formal para se comunicar com quem o estava assistindo no momento, seja no plenário da Câmara dos Deputados, seja na Rádio Câmara ou na TV Câmara. Como dito e destacado anteriormente, usou palavras mais rebuscadas, mostrou riqueza de vocabulário para manifestar suas preocupações, utilizou estruturas sintáticas de acordo com a norma padrão da gramática, sem cometer erros de regência ou de concordância, demonstrando que possui nível cultural bastante elevado. Além disso, soube usar de sua ironia para fazer críticas sem ser ríspido, como demonstra o fragmento 8:

(8) "... e na solenidade, daquela forma amável que só os diplomatas do Itamaraty sabem fazer, me informaram que eu não poderia falar para não melindrar S.Exa., o Presidente da República. Tudo pela causa." (Linhas 12 a 15).

Sob a ótica do tempo verbal empregado, podemos observar que no T-1 a Deputada usou o presente do indicativo para comunicar que apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei com o objetivo de fazer com que o trabalho desempenhado pelas pescadoras artesanais seja reconhecido por lei e que tal projeto conta com o apoio de outros Parlamentares. Vale ressaltar que esse tempo verbal é bastante utilizado para demonstrar disposição efetiva de realizar ações. Portanto, a Deputada usou sua competência comunicativa de maneira correta. O

fragmento 9 exemplifica de maneira clara o emprego do tempo verbal acima mencionado:

(9) “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, hoje quero fazer um comunicado que entrei com projeto... (linhas 5 e 6).

“E o nosso Projeto nº 6697, de 2006, ele vem com apoio de outros Parlamentares...” (linhas 8 e 9).

Depois de a Deputada elencar os motivos que a levaram à apresentação do seu projeto, há um trecho em sua fala no qual ela usa o tempo verbal do pretérito imperfeito do indicativo para descrever uma situação que foi presente em uma época passada. Ela traz à lembrança dos ouvintes a luta das trabalhadoras rurais para ver reconhecido o trabalho que desempenhavam no campo, pois à época só se reconhecia o trabalho realizado pelo homem. Apresento o exemplo da situação descrita acima no fragmento 10:

(10) “Isso nos remete a lembrar a mesma luta que foi das mulheres trabalhadoras rurais, camponesas, que se consideravam o trabalho do homem e a mulher não se considerava trabalho...” (linhas 12 a 14).

Nos exemplos acima citados, podemos ver, portanto, que a oradora soube demarcar os intervalos de tempo em seu discurso e situar o ouvinte no espaço de tempo dos fatos descritos em sua fala.

Ainda sob o enfoque do tempo verbal empregado, no T-2 podemos observar que o Deputado inicia sua fala usando o tempo verbal futuro do pretérito do indicativo como forma de atenuar uma afirmação que normalmente estaria no

presente do indicativo. Em vez de o Deputado dizer “quero registrar aqui minha preocupação”, ele inicia suas palavras de maneira mais amena, sem querer se mostrar autoritário. É o que nos mostra o fragmento 11:

(11) “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar aqui minha preocupação em relação à reivindicação dos Municípios...” (linhas 5 e 6).

E no início do segundo parágrafo, podemos notar no T-2 a mudança do emprego verbal para o presente do indicativo, como forma de enfatizar sua preocupação descrita no parágrafo anterior, mostrando que já se passou mais de um ano e nenhuma providência foi tomada em relação à reivindicação dos Prefeitos que participaram da VIII Marcha dos Prefeitos, ocorrida em Brasília. É o que nos mostra o fragmento 12:

(12) “E quero registrar essa preocupação porque em marco de 2005, 1 ano e 1 mês atrás...” (linhas 8 e 9).

Vimos também que no T-2 o Deputado usou os tempos verbais no pretérito imperfeito para lembrar fatos ocorridos em época passada e que são importantes de serem lembrados para mostrar seu empenho em prol da reivindicação dos Prefeitos, como nos mostra o fragmento 13:

(13) “Lembro-me inclusive da solenidade que houve no Blue Tree. Eu tinha acabado de ser eleito Vice-Presidente da Casa...” (linhas 10 e 11).

Ao longo do discurso houve variações dos tempos verbais empregados: presente do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo. Mas o que chama atenção é o fato de o orador usar os verbos “pedir”, “apelar”, “suplicar” e “implorar” numa seqüência rítmica que varia do vocábulo de carga significativa menor para o de maior intensidade, todos nos presente do indicativo, como forma de cobrar do Presidente Lula, a quem dá vários adjetivos, ações imediatas no sentido de aprovar matéria de grande interesse para os Municípios. Eis a transcrição do trecho acima referido no fragmento 14:

(14) “Portanto, peço, apelo, suplico, imploro a Lula, o iluminado, a Lula, que nada sabe, a Lula, que nada vê, a Lula, que às vezes governa este País...” (linhas 51 e 52).

Retomando o conceito de Teoria da Gramática Gerativa, desenvolvido por Chomsky, toda sentença formulada pelo falante de uma língua é bem formada, independentemente de serem próprias da chamada língua-padrão ou de suas variedades — lógico que sem levarmos em consideração as regras da gramática normativa. Dessa forma, podemos afirmar que todo falante nativo do português produz sentenças bem formadas de acordo com o sistema da língua que ele internalizou. Assim, apenas os estrangeiros que não falam bem uma língua e as crianças que ainda não sabem respeitar as regras morfosintáticas e semânticas são os únicos que formulam mal suas sentenças.

Alguns estudiosos propuseram algumas reformulações à teoria de Chomsky. Por considerar que a competência lingüística não levava em consideração as questões de variação da língua, Hymes propôs, em 1966, o conceito de

competência comunicativa, que inclui não só as regras de formação de sentença, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala. Em outras palavras, a competência comunicativa de um indivíduo está ligada ao poder de ele discernir o que falar e como falar com quaisquer interlocutores nas diversas circunstâncias que se apresentarem.

Pelo fato de os políticos assumirem papéis sociais de destaque, a sociedade espera que todo político tenha noção de alguns recursos comunicativos, tais como conhecimento de normas gramaticais, significado de uma gama de vocabulários, dentre outros. E é na escola que acontece o processo de aquisição desses recursos. É a escola que facilita a ampliação da competência comunicativa dos indivíduos, dando-lhes oportunidade de se apropriarem de recursos comunicativos necessários para desempenharem de maneira segura as diversas tarefas lingüísticas.

Portanto, fatores como o tempo que o indivíduo freqüentou a escola, a qualidade dessa instituição e o domínio sobre o tema abordado influenciam no repertório lingüístico de um indivíduo.

Assim, o indivíduo que freqüentou por pouco tempo a escola não terá muita facilidade para reforçar seu papel social por meio da linguagem e sentirá certa insegurança lingüística em fazê-lo. É o que observamos no T-1. Como mencionamos anteriormente, a Deputada não concluiu o ensino fundamental. Dessa forma, como não freqüentou a escola por muito tempo, podemos ver que ela não tem muita noção de alguns recursos comunicativos, não conhece algumas regras gramaticais, não tem vocabulário rebuscado e não sabe coordenar suas idéias, deixando-se se levar apenas pela oralidade.

Mas apesar de não possuir cultura de letramento condizente com o papel social que desempenha, a Deputada usou do estilo informal para se pronunciar, lançou suas idéias de maneira espontânea — uma característica da oralidade —, e conseguiu passar sua mensagem. Então, podemos afirmar que ela teve competência comunicativa para se comunicar não só com seu público-alvo, mas também com todos aqueles que a estavam assistindo no momento do seu pronunciamento.

No entanto, o T-2 nos mostra que o tempo que o Deputado se dedicou aos estudos e aos cursos de especialização muito contribuíram para que ele enriquecesse seu repertório lingüístico, soubesse usar as variedades semânticas em prol de uma linguagem mais apurada e rebuscada. A sua cultura de letramento o fez saber aplicar os recursos argumentativos de maneira adequada, sabendo o momento de variar seu estilo conforme a situação, de fazer críticas de maneira irônica, de saber variar o grau de intensidade de seu pedido em relação ao pleito dos Prefeitos e de atribuir adjetivos ao Presidente Lula de maneira indireta (conforme o fragmento 14).

Após a análise dos textos dos dois parlamentares, podemos concluir que é possível estabelecer comunicação não se levando em consideração as normas da gramática normativa, pois segundo a Estilística cada orador adota estilo diferenciado para se comunicar com seu público-alvo. E para conseguir a adesão de maior número de pessoas, o orador se vale de estratégias argumentativas para tentar persuadir, convencer seu auditório a respeito de suas ideologias.

No T-1, vimos que a estratégia adotada pela Deputada foi utilizar linguagem simples, repetir termos e usar apostos para enfatizar o trabalho das

maricultoras. Na verdade, o seu estilo informal de se pronunciar é uma estratégia argumentativa para mostrar a todos que a estavam assistindo naquele momento que ela se preocupa em buscar alternativas para sanar o problema daquelas mulheres trabalhadoras da sua região.

No T-2, o Deputado se valeu da sua cultura de letramento e dos anos dedicados aos cargos públicos da União para manifestar sua preocupação em relação à reivindicação dos Prefeitos. Para isso, ele se valeu de linguagem mais rebuscada, o que demonstra conhecimento de causa; em alguns momentos foi irônico para fazer críticas, uma maneira de não ser ríspido em seus comentários; fez construções frasais que obedecem às normas da gramática normativa; enfim, usou o estilo formal para manifestar suas preocupações e solicitar ao Presidente Lula que adote medidas capazes de resolver o problema dos Prefeitos do País.

Portanto, independentemente do nível da cultura de letramento dos indivíduos, sejam eles políticos ou cidadãos comuns, eles são capazes de adotar estilo próprio para se comunicar, pois têm internalizado em si o conhecimento das regras básicas das variedades e dos estilos da língua que compõe o seu repertório.

CONCLUSÃO

Na realização deste trabalho, abordei conceitos importantes, tais como o de discurso, estilo e competência comunicativa, que muito me ajudaram na compreensão de que o falar errado, gramaticalmente falando, pode ser considerado mera questão de estilo, sob o enfoque da lingüística.

Assim como temos um estilo próprio de andar, vestir e agir, também adotamos estilos diferentes para nos comunicar com determinados tipos de auditórios. Em outras palavras, conforme as circunstâncias, podemos variar do estilo formal — no qual nos monitoramos para usar vocabulário mais rebuscado e construções sintáticas mais complexas para nos comunicar com um público mais letrado —, ao informal — quando usamos termos e construções mais usuais e de fácil entendimento.

Na análise dos discursos, pude observar que cada orador adotou um estilo para se comunicar não só com as pessoas que representam no Congresso, como também com todas aquelas que os assistiam no momento em que se pronunciavam.

Apesar do estilo diferenciado de cada um deles, pude constatar que o orador dotado de cultura de letramento maior soube articular melhor suas idéias, variou seu repertório lingüístico, fez construções sintáticas mais complexas, demonstrou conhecimento do assunto que tratava e soube fazer críticas de maneira irônica, caracterizando sua escolha pelo estilo formal de comunicar suas preocupações.

Em relação ao orador que freqüentou a escola por pouco tempo, observei em seu discurso a predominância de vocábulos e de estruturas sintáticas simples, assim como o uso de frases soltas, caracterizando certa dificuldade de articulação de idéias, o que conferiu ao seu discurso um caráter informal.

No entanto, apesar da variação estilística, ambos tiveram competência comunicativa para expressar suas preocupações e ideologias ao seu público-alvo e ao povo em geral.

Portanto, com os conhecimentos adquiridos na realização deste trabalho, passei a ter nova visão dos discursos proferidos pelas pessoas em geral, independentemente de serem públicas ou não, pois nós, cidadãos comuns, também usamos a linguagem para nos comunicar, expressar nossos desejos e ampliar nossos horizontes.

Apesar do surgimento de tecnologias que facilitam cada vez mais o acesso à informação e à cultura de letramento, há muitas pessoas que não têm acesso a elas por viverem em locais mais distantes dos centros urbanos. Mas mesmo assim elas conseguem se comunicar com outras pessoas de sua comunidade usando uma linguagem que lhes é peculiar para expressar suas emoções ou pensamentos, pois têm internalizadas em si o conhecimento das regras básicas e dos estilos da língua que compõe o seu repertório.

Ao salientar a importância da escola na aquisição dos recursos comunicativos, enfatizei o fato de ela dar oportunidade às pessoas de ampliarem sua competência comunicativa para desempenharem com segurança seus diferentes papéis sociais na comunidade em que vivem.

Finalizando, após a exposição dos conceitos teóricos e das análises dos pronunciamentos, pude constatar que o falante nativo de uma língua dispõe de recursos comunicativos diversos para variar seu estilo lingüístico, o que me faz afirmar, então, que discurso é uma questão de estilo.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. “Competência comunicativa”, In: **Educação em língua materna**. A sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. “A escolha estilística”. **A estilística. Manual de análise e criação de estilo literário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MONTEIRO, José Lemos. “O escopo da estilística”. **A estilística. Manual de análise e criação de estilo literário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MONTEIRO, José Lemos. “As virtudes e vícios do estilo”. **A estilística. Manual de análise e criação de estilo literário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Cibele Brandão de. **Do Discurso Formal para o Informal: Um Estudo de Variação Estilística no Meio Acadêmico**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1997.

SANTANA, Ana Cláudia B. de. **Estratégias Argumentativas Utilizadas nos Discursos Políticos**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2004.

Fontes eletrônicas consultadas:

Site institucional da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br

1 ANEXO A

2

3 (Discurso transcrito *ipsis verbis*.)

4 **A SRA. DEPUTADA “X”** (Partido dos Trabalhadores – PT. Pronuncia o
5 seguinte discurso.) - *“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa,*
6 *hoje quero fazer um comunicado que entrei com projeto, a pedido das pescadoras*
7 *artesanas, maricultoras, essas mulheres que fazem um trabalho que até agora não tem*
8 *direito. E o nosso Projeto nº 6697, de 2006, ele vem com apoio de outros*
9 *Parlamentares, inclusive da coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca,*
10 *a Selma Schons, do PT do Paraná. E dizer que este projeto é muito importante porque*
11 *até agora as trabalhadoras do mar, as mulheres, aquelas que fazem muitas vezes a*
12 *maior parte do trabalho, não são reconhecidas como trabalhadoras. Isso nos remete a*
13 *lembrar a mesma luta que foi das mulheres trabalhadoras rurais, camponesas, que se*
14 *consideravam o trabalho do homem e a mulher não se considerava trabalho, nem o*
15 *trabalho da roça, o trabalho de cuidar dos filhos, da casa, da horta, das vacas de leite,*
16 *ou seja, toda a trabalhadeira que a mulher fazia. E foi uma luta de mobilização no Brasil*
17 *que mudamos essa concepção, colocando, discutindo, reconhecendo. E a Constituição*
18 *Federal de 1988 reconheceu que elas são trabalhadoras e agora a nossa luta para*
19 *diminuir a nossa jornada de trabalho e aumentar seus direitos.*

20 *E nesse sentido, esse aprendizado educou as mulheres que direito se*
21 *conquista, direito se constrói, direito se cria nas consciências, nas mentes e muda-se a*
22 *concepção na relação do trabalho, na questão econômica, social e cultural. Nesse*

23 *aspecto, as trabalhadoras que são pescadoras artesanais, agricultoras, que os maridos*
24 *se aposentam e elas não têm direito porque não se considera trabalho limpar o peixe,*
25 *preparar o camarão, consertar a rede, fazer a rede, cuidar dos filhos. Se considera*
26 *trabalho só a parte que é feita no mar e não a parte que dá, talvez, a maior parte do*
27 *trabalho, que é deixar esse produto, essa proteína pronta para ser consumida.*

28 *Então, nesse aspecto que nós estamos discutindo, que é um trabalho*
29 *especial, um trabalho como um todo, tanto no mar, como em casa, como o conserto da*
30 *rede, como a limpa do peixe, considerar trabalho para que essas mulheres podem na*
31 *sua contribuição, seja coletiva, da família, considerar como trabalho, para ter direito à*
32 *aposentadoria, ao salário-maternidade, ao reconhecimento que elas podem ter*
33 *problema no trabalho, acidente de trabalho e todos os direitos sociais da Previdência.”*

1 ANEXO B

2

3 (Discurso transcrito *ipsis verbis*.)

4 **O SR. DEPUTADO “Y”** (Partido da Frente Liberal – PFL. Pronuncia o
5 seguinte discurso.) – *“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar aqui
6 minha preocupação em relação à reivindicação dos Municípios de aumentar em 1% sua
7 participação no Fundo de Participação dos Municípios — FPM.*

8 *E quero registrar essa preocupação porque em março de 2005, 1 ano e 1
9 mês atrás, a VIII Marcha dos Prefeitos se encaminhou para Brasília com a mesma
10 pauta de reivindicação. Lembro-me inclusive da solenidade que houve no Blue Tree. Eu
11 tinha acabado de ser eleito Vice-Presidente da Casa, lá representava o Presidente
12 Severino Cavalcanti, então Presidente da Câmara dos Deputados, e na solenidade,
13 daquela forma amável que só os diplomatas do Itamaraty sabem fazer, me informaram
14 que eu não poderia falar para não melindrar S.Exa., o Presidente da República. Tudo
15 pela causa. O que nos interessa é o crescimento da receita dos Municípios.*

16 *E lá, naquela mesma oportunidade, foi acenado com muito vigor para os
17 Prefeitos, que teriam o ganho justo que pleiteiam. Já fui Secretário da Fazenda e sei
18 que a demanda é absolutamente justa. Esse 1% não repõe sequer as perdas sofridas
19 pelos Municípios com o advento do uso intensivo das contribuições. As contribuições
20 são formas elegantes de fraudar a receita dos Estados e Municípios. Por justiça, não é
21 uma invenção do Governo Lula, foi uma invenção do Governo Fernando Henrique
22 Cardoso, apenas melhorada e aperfeiçoada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva.*

23 *Março de 2005. Estamos no limiar de maio de 2006 e não aconteceu*
24 *absolutamente nada.*

25 *Ontem presidi a sessão, e as galerias estavam repletas, repletas de Prefeitos*
26 *de todo o País. À noite, fui a uma conhecida churrascaria de Brasília e lá tinham 500*
27 *Prefeitos de todo o País. Todos eles esperançosos de receberem esse justo incremento*
28 *nas suas receitas.*

29 *Quero aqui externar as minhas preocupações. Continuamos, salvo engano,*
30 *com 4 medidas provisórias trancando a pauta, 1 projeto em regime de urgência e*
31 *algumas outras medidas provisórias vindo por aí. E quarta-feira vindoura, dentro de um*
32 *hábito lamentável do Parlamento, esta sala será transformada em delegacia de polícia.*
33 *Mais uma vez, os Deputados vão se reunir para discutir se um colega, ladrão ou não,*
34 *roubou ou não, penou ou não, é criminoso ou não. O resultado prático disso é que não*
35 *haverá votação na quarta-feira. Na terça-feira, à vista do feriado na segunda-feira,*
36 *antevejo com pessimismo o quorum e as votações.*

37 *No júízo provinciano de um Deputado que está há apenas 24 anos nesta*
38 *Casa, algo me diz que não acontecerá absolutamente nada na semana vindoura. E os*
39 *Prefeitos estão desmobilizados. Então, entraremos já na primeira semana de maio, na*
40 *segunda semana de maio, e tenho medo de que a X Marcha dos Municípios, que vai*
41 *acontecer em abril do ano que vem, venha a postular novamente esse aumento de 1%.*

42 *Quero dizer, sob a ótica do meu partido, o PFL, sou membro da Executiva*
43 *Nacional, que a nossa posição partidária é claramente favorável à votação imediata do*
44 *1 % do fundo, tanto de forma fatiada quanto no conjunto das medidas.*

45 *Outra preocupação nossa, Deputado Virgílio Guimarães, meu amigo e*
46 *brilhante conhecedor da matéria, é que misturar Fundo de Participação dos Municípios*
47 *com ICMS é como misturar cachaça com óleo de rícino. A batida se torna*
48 *extremamente desagradável, e os resultados V.Exa. sabe bem quais são. Tenho muito*
49 *medo de que o óleo de rícino prevaleça, e o Governo faça mais uma obra à altura de*
50 *outras que tem feito nos últimos tempos.*

51 *Portanto, peço, apelo, suplico, imploro a Lula, o iluminado, a Lula, que nada*
52 *sabe, a Lula, que nada vê, a Lula, que às vezes governa este País, peço a Lula que dê,*
53 *de uma vez por todas, esse 1% de aumento. Lula, não procrastine, não embrome, não*
54 *tire a sua maioria parlamentar do plenário. Dê aos Prefeitos, não um gesto de*
55 *generosidade, mas um ato de justiça; dê às municipalidades, aos munícipes, uma*
56 *receita imprescindível que vem sendo roubada — a palavra é essa — de Estados e*
57 *Municípios, desde que se inventaram as contribuições.*

58 *Esse é o apelo que faço como modesto Deputado nordestino, como eleitor*
59 *decepcionadíssimo de Lula, como cidadão que defende o Município.*

60 *Muito obrigado.”*